ISSN 2358-8357 • Ano 26 • Número 13

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 11 de abril de 2023

CNI
Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Nesta edição:

- ***Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados debate os impactos da lei da terceirização e da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho***
- ***GT da Reforma Tributária trata da reforma sob a perspectiva setorial: transportes e serviços***

Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados debate os impactos da lei da terceirização e da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho

Hoje na **Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados**, foi realizada audiência pública para debater aspetos e impactos da lei de terceirização e da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho.

O deputado Bohn Gass (PT/RS), autor do requerimento da audiência, defendeu a mobilização de toda a sociedade e das entidades públicas e privadas, para discutirem de modo amplo tema de tamanha relevância.

Estiveram presentes na audiência o **Presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan**, bem como representantes das seguintes entidades: Tribunal Superior do Trabalho; Defensoria Pública da União; Ministério do Trabalho e Emprego; Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT); Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese); Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho (ANPT); União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (UNECS); Confederação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (ABRASEL), Fecomércio-SP; Sindilegis; Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (FEBRAC).

Alexandre Furlan (CNI) apontou que, no cenário internacional, as regulações permitem que as empresas sejam organizadas para melhor desempenho, qualidade e eficiência do processo produtivo por meio da terceirização do trabalho. Esclareceu que a atual legislação brasileira, assim como ocorre em outros países, gera uma série de impactos positivos sobre o mercado de trabalho, pois promove a concentração dos esforços estratégicos das empresas, a eficácia organizacional, os ganhos de

processo e produtividade, bem como aumento da especialização. Concluiu que a reforma trabalhista aperfeiçoou os direitos dos trabalhadores e que, eventuais descumprimentos das obrigações e responsabilidades nos contratos de terceirização, são exceções e não a regra e que, por isso, não podem interferir na produção das empresas que cumprem a Lei.

Leonardo Resende, representante da UNECS, reforçou que a Lei da Terceirização é fundamental para o desenvolvimento da economia, para o mercado de trabalho e para a subsistência do país e ainda, que, desde que observados os requisitos legais, tanto as atividades-meio como as atividades-fim podem ser objeto de terceirização lícita. Ao final, apontou que a segurança jurídica advinda da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista são fundamentais para o empreendedorismo e manutenção de milhões de empregos e circulação de renda no Brasil, não se afigurando qualquer retrocesso nesse sentido.

O Presidente da Comissão, deputado Airton Faleiro (PT/PA), expôs que a audiência pública foi o passo inicial da discussão desse tema. Informou, também, que o Ministro do Trabalho e Emprego, Luís Marinho estará presente amanhã, 12 de abril de 2023, na CTRAB para apresentação do plano de trabalho da sua pasta ministerial. Para o aprofundamento das questões discutidas hoje, o deputado informou sobre a aprovação de Subcomissões para o debater a terceirização.

GT da Reforma Tributária trata da reforma sob a perspectiva setorial: transportes e serviços

O **Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/2019)** se reuniu hoje (11/04) para continuar o debate sobre a reforma na ótica setorial, com ênfase em transportes e serviços. Inicialmente, foram aprovados requerimentos acerca de realizações de audiências públicas.

Nelson Machado, Diretor do **Centro de Cidadania Fiscal - CCiF** e **ex-Ministro da Previdência Social**, iniciou sua fala tratando da complexidade do sistema tributário brasileiro. Nesse sentido, afirmou apoiar a reforma tributária e defendeu a importância de o sistema buscar a simplicidade e a unificação de tributos com alíquota uniforme. Citou também o princípio da neutralidade, uma vez que a alíquota de referência deve ser calculada para repor a arrecadação já existente. Além disso, a necessidade de ser desenhado um modelo institucional que garanta a devolução dos créditos acumulados.

Alessandra Brandão, Consultora Tributária da **Confederação Nacional do Transporte – CNT**, apresentou posição favorável à reforma tributária que busque a simplificação e faça com que o Brasil seja um país mais competitivo, com um bom ambiente de negócios. Tratou do setor de transporte na qualidade de essencial e, portanto, demonstrou preocupação com a carga tributária.

Fábio Barros de Campos, Vice-Presidente de Relações Institucionais e Governamentais da **Azul Linhas Aéreas**, apresentou pleito quanto ao tratamento diferenciado para o setor de aviação. Por sua vez, Tácio Lacerda Gama, Presidente do **Instituto de Aplicação do Tributo - IAT** e Professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da PUC/SP, mencionou a importância de manter políticas extrafiscais como a Zona Franca de Manaus.

Foram ouvidos, também, Luigi Nesse, Presidente da **Confederação Nacional de Serviços – CNS**; Fernando Garcia de Freitas, Assessor Econômico da **CNS**; Letícia Pimentel, Gerente Tributária da LATAM, representando a **Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR**; Marcos Bicalho, Diretor Institucional da **Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU**;

Amanhã (12/04) devem ser ouvidos os **setores da educação** e da **saúde**.

Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Confederação Nacional da Indústri
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA